


Josué de Castro: a fome como catalizador do fenômeno urbano na cidade do Recife em meados do século XX

Josué de Castro: hunger as a catalyst of the urban phenomenon in the city of Recife in the mid-20th century

Fabio Silva de Souza

 <https://orcid.org/0000-0003-2215-0635>

Resumo: Neste artigo, analisamos as reflexões de Josué de Castro que em sua *Geografia da Fome* inaugurou uma nova forma de analisar os fatores que informavam a dinâmica urbana da cidade do Recife. A novidade da crítica de Castro estava no fato de ele indicar o “fenômeno da fome” como catalizador do “fenômeno urbano”. Nosso objetivo é produzir uma interpretação das imagens e das representações de novo tipo que Castro produziu acerca da cidade do Recife. Para tanto, analisaremos as interconexões entre as reflexões formuladas sobre a cidade e o contexto situacional. Os fatores geográficos e culturais que influenciam a conformação do espaço urbano serão analisados na medida em que o olhar crítico que esse intelectual direcionou às “questões urbanas” da cidade do Recife traga à tona esses elementos. Nossa perspectiva de análise procura entender este processo como produto de uma historicidade que articula história intelectual e história urbana tendo sua centralidade na cidade do Recife.

Palavras-chave: Josué de Castro. Fenômeno da fome. Fenômeno urbano. Recife. Historicidade.

Abstract: In this article, we analyze the reflections of Josué de Castro, who, in his *Geography of Hunger*, introduced a new way of examining the factors that informed the urban dynamics of the city of Recife. The novelty of Castro's critique lay in his identification of the "phenomenon of hunger" as a catalyst for the "urban phenomenon." Our goal is to produce an interpretation of the new type of images and representations that Castro produced about the city of Recife. To do so, we will analyze the interconnections between the reflections formulated about the city and the situational context. The geographical and cultural factors that influence the shaping of urban space will be examined to the extent that the critical gaze that this intellectual directed towards the "urban issues" of the city of Recife brings these elements to light. Our perspective of analysis seeks to understand this process as a product of a historicity that articulates intellectual history and urban history, with its centrality in the city of Recife.

Keywords: Josué de Castro. The phenomenon of hunger. Urban phenomenon. Recife. Historicity.

Introdução

A cidade é uma experiência em movimento. Aquilo que alguns autores frequentemente conceituam como um “organismo artificial”. Nela, os limites territoriais são sempre transitórios. Sua dinâmica social, política e econômica está em constante mudança. A cidade que se apresenta, hoje, diante de nossos olhos, não é a mesma que guardamos nas nossas lembranças dos tempos de menino. Tampouco, é a cidade da infância dos nossos pais. A cidade se transforma ininterruptamente (BRESCIANI, 2004). Ela “é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de utilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

influências do grupo cultural” (CASTRO, 1948, p. 10-11).

Mas nem sempre os estudos sobre as cidades a enxergaram a partir dessa definição conceitual. Não raro nos depararmos com estudos em que as possibilidades geográficas que contribuem para o surgimento e o desenvolvimento das cidades são realçadas em detrimento dos fatores culturais. Até os anos 1940, essa postura era prática comum entre cronistas, memorialistas e acadêmicos (PONTUAL, 2001, p. 428). No caso dos estudos sobre a cidade do Recife, essas análises que narraram a formação e o desenvolvimento da cidade primaram por destacar que o Recife surgiu em função de seu porto natural de arrecifes, localizado em uma das extremidades da ilha de Antônio Vaz. A partir dessa linha argumentativa, as favoráveis condições geográficas que tanto contribuíram para o significativo fluxo de entrada e saída de pessoas e mercadorias foram determinantes para a transformação do povoado que existia nas proximidades do porto em uma cidade sofisticada para os padrões da época.

Além do porto natural, outros elementos geográficos foram considerados nas análises que versaram sobre a cidade do Recife e que destacaram suas potencialidades naturais. Os rios que cortam a cidade foram habitualmente realçados nas narrativas que visaram explicar o desenvolvimento econômico e a expansão territorial da cidade¹. Nelas, os rios Capibaribe e Beberibe apareceram como importantes vias de contato com os engenhos mais afastados do centro urbano. Nesses estudos, essas vias serviam tanto para escoar a produção desses engenhos para o porto do Recife, quanto para inserir os núcleos populacionais mais afastados e independentes na dinâmica do principal núcleo urbano da cidade do Recife, a ilha de Antônio Vaz.

A composição do solo foi outro elemento natural explorado nessas narrativas. Nelas, a terra “escura, gorda e pegajosa que cobre em espessa camada porosa os xistos argilosos e os calcáreos do cretáceo” (CASTRO, 1948, p. 26), era apresentada como mais um elemento essencial para a localização e o desenvolvimento da cidade do Recife. Esses estudos enfatizaram que fora nesse solo específico que a cana-de-açúcar encontrou plenas condições de se desenvolver. Numa clara relação de causa e efeito, o desenvolvimento econômico e social da cidade era vinculado às possibilidades que a terra proporcionava ao cultivo do produto mais valioso no mercado internacional à época. Além desses elementos naturais, encontramos nas narrativas deste tipo, as contribuições do vento, da fauna e da flora para explicar a localização e o desenvolvimento da cidade do Recife.

Em contraponto a essa linha argumentativa, temos aqueles estudos cuja ênfase das análises recaiu nas influências culturais dos humanos na formação e no desenvolvimento das cidades. Nas narrativas sobre a história de Olinda e Recife que trilharam este percurso interpretativo, o urbano aparece sempre como um imperativo da vontade humana. Esses estudos apontaram, por exemplo, que a localização do primeiro grande núcleo urbano nas altas colinas de Olinda, em 1534, ocorreu em função de fatores culturais. Aqui, os argumentos giraram em torno de que o terreno não era dos mais adequados para a instalação do principal núcleo urbano da Capitania de Pernambuco. Suas terras eram acidentadas e longe do porto. Mas nada disso desencorajou o português a localizar

¹ Vejamos dois dos autores que em suas análises realçaram o papel dos rios na expansão territorial da cidade do Recife: “Duas vêzes por dia essas marés sobem e descem pelo sistema vascular dos rios. Comumente alcançam no Capibaribe os limites de Monteiro e Apipucos. No Beberibe, sobrepassam a curva do Varadouro e no Tejiptió, age enérgicamente a alguns quilômetros a partir da foz... A cada enchente da maré, corresponde um back-water de 5 200 000 a 14 000 000 de metros cúbicos d’água”; “A bacia da maré, da qual faz parte o pôrto do Recife, abrange uma superfície líquida em preamar de cêrca de 600 hectares” (OLIVEIRA e MELO apud CASTRO, 1948, p. 18).



naquelas colinas a cidade mais importante da Capitania. Para os estudiosos que enfatizaram os fatores culturais, essa postura se explicava como sendo fruto da falta do “espírito mercantilista” do português, conforme aponta Oliveira Lima:

Em matéria de comércio nunca se chegou na Península a um sistema vantajoso. Lisboa foi, no século XVI, período de sua maior prosperidade, um mero entreposto por onde transitavam, caminho de Flandres, as cargas ultramarinas. O Reino não soube criar relações mercantis com outras nações da Europa” (OLIVEIRA LIMA, 1895, apud CASTRO, 1948, p. 30).

Na visão desses analistas, essa era a mais plausível das explicações do porquê os portugueses não escolheram situar o principal núcleo urbano daquela Capitania nas proximidades do porto, onde as possibilidades geográficas eram mais favoráveis. A escolha dos holandeses em erguer a cidade do Recife e fazer dela o principal núcleo urbano da Capitania de Pernambuco depois de incendiar a cidade de Olinda em 1631, também teve lugar nas explicações que destacaram os aspectos culturais em detrimento dos geográficos.

Para os estudiosos da história pernambucana que seguiram essa linha de interpretação, os holandeses escolheram habitar e construir grandes instalações em Recife movidos pela cultura mercantilista que informava aquele povo. O fato de os holandeses historicamente terem a sua dinâmica econômica e social vinculada ao comércio ultramarino os impossibilitava de habitar uma cidade longe do porto. Na visão desses estudiosos, era imperioso, para os holandeses, ter fácil acesso às vias de contato com as outras nações e com a própria metrópole. Isso só a localização perto de um porto poderia fornecer. Esses foram os motivos que levaram os holandeses a erguer a cidade do Recife – uma cultura mercantilista que os acompanhava desde a Holanda a todas as terras que caíram sob seus domínios.

As leituras realizadas por Josué de Castro acerca da cidade do Recife passaram a conceber a cidade “como um produto de cristalização da vontade humana, atuando em face das possibilidades geográficas do meio” (CASTRO, 1948, p. 7). Nos anos 1940, essa elaboração conceitual inaugurava uma nova forma de historicizar as “questões urbanas” da cidade do Recife. As análises empreendidas por Castro contribuíram para redefinir a forma como os intelectuais recifenses enxergavam os problemas urbanos da cidade. A partir delas, uma nova sensibilidade culta em relação aos problemas urbanos surgiu na capital pernambucana.

Dos desafios que um estudo acadêmico impõe à análise das cidades como objeto de estudo, este artigo visa realizar uma interpretação das imagens e das representações de novo tipo² que Josué de Castro produziu acerca da cidade do Recife, desse meio de século XX. Nessa incursão, analisaremos as interconexões entre as reflexões formuladas sobre a cidade e o contexto situacional. Os fatores geográficos e culturais que influenciam a conformação do espaço urbano serão analisados na medida em que o olhar crítico que esse intelectual direcionou às “questões urbanas” da cidade do Recife traga à tona esses elementos.

² Nomeamos reflexões de novo tipo os estudos que contribuíram para criar “universalmente um novo sistema de vida política, que poderemos chamar, como sugere Julian Huxley, a era do homem social, em contraposição a essa era que terminou com a Segunda Guerra Mundial, a era do homem econômico. O que caracteriza fundamentalmente esta nova era é uma focalização muito mais intensiva do homem biológico como entidade concreta e a prioridade concedida aos problemas humanos sobre os problemas de categoria estritamente econômica...” (CASTRO, 1961, p. 24).



O ponto de partida para esse esforço analítico é a conformação da nossa perspectiva teórico-metodológica a partir do entrecruzamento dos campos da história intelectual e da história das cidades. Partimos desse encaminhamento por entender que o entrelaçamento desses campos de análise nos possibilita compreender, de forma mais acurada, as percepções da pobreza e os diagnósticos em torno da categoria “subdesenvolvimento” realizados por Josué de Castro.

No âmbito da história intelectual, este artigo parte das considerações formuladas por Karl Mannheim. Na sua obra *Ideologia e utopia* (MANNHEIN, 1986), cuja primeira edição data de 1929, a principal tese defendida pelo autor versava em conceber o conhecimento a partir das interconexões entre as ideias e o contexto situacional. Essa perspectiva trabalhada por Mannheim procurava se desvincular das formas de conceber as ideias que até então não valorizavam ou não enxergavam as origens sociais do conhecimento. Para o autor, se algo de positivo poderia ser vislumbrado das crises decorrentes das contingências políticas, econômicas e sociais do entreguerras seriam os questionamentos, acerca das normas e “verdades absolutas” das ciências, que passaram a ser pautados nos debates intelectuais da época. Para Mannheim, a partir das novas formas de pensar que surgem desse cataclismo político-social do entreguerras, pode-se evidenciar a importância da subjetividade humana na elaboração das várias formas de conhecimento.

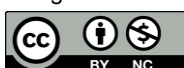
Dos pressupostos teórico-metodológicos formulados pelo autor, privilegamos nas nossas análises a preocupação de localizar os “estilos e métodos de pensamento dominantes em determinados tipos de situação histórico-social”. Isso nos possibilita identificar as formulações conceituais formuladas por Josué de Castro na medida em que essa tarefa pressupunha analisar os interesses do intelectual diante das transformações políticas, econômicas, sociais e até urbanísticas pelas quais passavam a cidade do Recife no pós-guerra.

Essa perspectiva dá destaque ao “papel do conhecimento e das ideias na manutenção ou na mudança da ordem social” (MANNHEIN, 1986, p. 27). Vale dizer que ela tem um lugar central no campo teórico-metodológico desta investigação. No entanto, ela se demonstra insuficiente para responder as questões que este estudo levanta a respeito do papel de Josué de Castro nas complexas relações sociais, políticas e econômicas vivenciadas na cidade do Recife, nesse imediato pós-guerra. Nesse sentido, outro movimento teórico-metodológico foi realizado.

De modo justaposto às formulações de Mannheim, acrescentamos uma segunda camada teórico-metodológica. Nossa perspectiva de análise agrega as contribuições elaboradas por Maria Stella Bresciani a respeito dos estudos sobre cidades (BRESCIANI, 1982; 1985; 1992; 2004; 2009; 2014). As incursões realizadas pela autora fazem das representações das elites cultas sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas das cidades, bem como as próprias cidades, seu objeto de estudo. Na reconstrução das representações e imagens que a elite culta fez das dinâmicas caras às cidades modernas, a autora analisou textos literários, acadêmicos e relatórios de médicos e administradores. Neles, a historiadora localizou as inúmeras reações ante as complexas relações sociais estabelecidas nas cidades modernas: medo, fascínio, indignação e espanto.

Em um segundo movimento realizado pelas análises da autora, a “questão urbana”³ é alçada ao primeiro plano de suas reflexões. Nesse movimento de seus argumentos, além

³ A partir das considerações do filósofo François Béguin, no artigo “As maquinarias inglesas do conforto. Espaço & Debates n. 34, 1991”, Maria Stella Bresciani define a “questão urbana” como a “triade “pobreza – falta de higiene – doença” e seus desdobramentos”.



da clara importância dada às pesquisas sobre as ondas epidêmicas como “agente catalisador dos vários elementos já presentes nas cidades, em particular nas grandes cidades”, outros fatores também são considerados nas análises de Bresciani, tais como: “o recuo da autonomia do projetar arquitetônico” e os novos conceitos “que passaram a oferecer apoio analítico, interpretativo e controle do “fenômeno urbano””.

Das questões que fazem das análises da autora imprescindíveis para nossas formulações, destacamos o percurso traçado por Bresciani na demonstração de que as ideias/representações elaboradas por elites cultas podem ser produto e produtora de transformações sociais. Na medida em que ela elege os pressupostos internos à dinâmica das cidades como catalisadores de “novas sensibilidades cultas”, a autora nos oferece elementos significativos para melhor compreender a relação de Josué de Castro com os imperativos das “questões urbanas” da cidade do Recife. O entrelaçamento dessas perspectivas de análise contribui para identificarmos os dados sociais, culturais e econômicos que permitiu Josué de Castro produzir um discurso dominante acerca dos dilemas postos pela pobreza da região Nordeste.

Como sugere Bresciani (2014), é importante ir além das questões puramente socioeconômicas relativas às complexas tramas em torno dos problemas urbanos para melhor conhecê-las. É, portanto, atentos às sugestões da autora que este artigo apresenta e analisa as “questões urbanas” da cidade do Recife a partir do olhar crítico de Josué de Castro que vivenciou a cidade e nela interveio por meio das suas produções. A cidade não é apresentada e analisada apenas como *lócus*, mas, sim, como produto e produtora das imagens que esse intelectual produziu a respeito da fome.

Dito isso, cabe destacar que o artigo seguirá o seguinte caminho: a) reconstituir a formação e a trajetória intelectual de Josué de Castro e seus pontos de conexão com o cenário político, econômico e intelectual no âmbito regional, nacional e internacional; b) situar como a paisagem urbana da cidade do Recife foi interpretada pelo intelectual pernambucano a partir de dois eixos: o dos interesses econômicos como dinamizadores do meio natural e cultural; e o da fome como catalisador das “questões urbanas”; c) por fim, propor que a novidade da crítica de Josué de Castro, ao indicar o “fenômeno da fome” como catalisador do “fenômeno urbano” da cidade do Recife foi o marco inicial de uma reflexão de novo tipo sobre as realidades de pobreza e miséria no imediato pós-guerra, bem como, na base dessa nova sensibilidade em relação à pobreza, estava a nova concepção de trabalho intelectual cujo marco principal era pensar o processo de modernização da sociedade a partir de investigações científicas sobre a realidade econômica e social do nordestino pobre.

O fenômeno da fome como catalisador das questões urbanas na obra de Josué de Castro

Formação e trajetória intelectual de Josué de Castro

As discussões acerca do fenômeno da fome são profundamente marcadas pelas reflexões de Josué de Castro. O nome do intelectual pernambucano desponta como referência nos assuntos relativos à fome em meio a um cenário de intensa tensão intelectual. No plano internacional, o modelo de civilização ocidental era abalado pela crise econômica gerada a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, e pela ascensão do fascismo e do nazismo, na Europa. O sociólogo alemão Louis Wirth, aponta que “Em resposta a esta situação, surgiu uma extensa literatura que fala do “fim”, do



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

“declínio”, da “crise”, da “decadência” ou da “morte” da civilização ocidental”. Esse acentuado debate indicado pelo sociólogo alemão buscava analisar o cataclismo político, econômico e social vivenciado pela intelectualidade no período do entreguerras (WIRTH, 1986, p. 9).

No Brasil, os debates giravam em torno de outros temas. Os intelectuais brasileiros desse período não concebiam a nação brasileira como uma sociedade coesa e civilizada. O olhar crítico da nossa intelectualidade estava direcionado para a construção de uma nova sociedade nos moldes das modernas nações europeias. Os intelectuais brasileiros debatiam sobre os limites que o modelo liberal-oligárquico impunha ao desenvolvimento do Brasil; sobre o que é ser brasileiro; sobre o papel do Estado na construção da nação; sobre a realidade brasileira; sobre o lugar do Brasil no cenário internacional; e sobre o papel do intelectual na sociedade brasileira. Com o esgotamento da Primeira República e a ascensão de um novo regime político por meio de uma revolução, muitas dessas discussões passaram a ter lugar no próprio Estado (GOMES, 2005; MOTA, 1977; NAPOLITANO, 2016; PÉCAUT, 1990). A conjuntura internacional e nacional influenciou significativamente a formação intelectual de Josué de Castro. Nesse sentido, o tema da fome emergiu para o intelectual pernambucano como decorrência de suas experiências.

Natural da cidade do Recife, Josué Apolônio de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em uma família de classe média. O seu pai, Manoel Apolônio de Castro, era proprietário de terras no município de Cabaceiras, no interior da Paraíba. A mudança para Pernambuco ocorrera depois da grande seca de 1877. A sua mãe, Josepha Carneiro de Castro, filha de donos de engenho da região da zona da mata pernambucana, era professora. Josué de Castro passou a infância na Rua Joaquim Nabuco. A rua era localizada na região central da cidade do Recife e cortada pelo rio Capibaribe. As experiências mais significativas de seus tempos de menino foram vivenciadas ali. Com a mãe, aprendeu a ler e a escrever, antes de ingressar no Instituto Carneiro Leão e no Ginásio Pernambucano. Com o rio, aprendeu como as populações ribeirinhas sobreviviam a partir da fauna dos mangues (ANDRADE, 1997; CARVALHO, 2018, p. 18; SILVA, 2016, p. 33-47). A partir de um olhar retrospectivo sobre as suas experiências de infância, afirma Josué de Castro, em livro publicado em 1967:

O tema deste livro é a história da descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuo mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife [...] (CASTRO, 2007, p. 10).

Na época em que esse romance memorialístico foi publicado, Josué de Castro já era uma personalidade intelectual reconhecida internacionalmente. A autoimagem que o ilustre intelectual pernambucano produziu de si mesmo em *Homens e Caranguejos* procurava dirigir certa leitura das suas experiências de vida e de seus escritos. No entanto, esta obra apresentava os dois elementos que marcaram as análises que o intelectual realizou acerca da cidade do Recife ao longo de sua carreira. O primeiro era a importância que a sua primeira infância tivera na formação de sua sensibilidade em relação às “questões urbanas” da cidade do Recife, especialmente os fatores relacionados à fome, à moradia e à higiene dos moradores dos mocambos fincados às margens do rio Capibaribe.

O segundo elemento era o interesse do médico e cientista social Josué de Castro em



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

transformar em “ação intelectual”⁴ e política essa sensibilidade adquirida desde os tempos de criança. O engajamento de Josué de Castro nos temas relacionados às “questões urbanas” da cidade do Recife, data dos anos 1930. É só nesses anos que o intelectual pernambucano descobriu a fome como objeto de interesse científico. Para a decisão em se debruçar sobre a realidade que se lhe apresentava à época, as experiências adquiridas em sua passagem pelos cursos de medicina na Bahia e, posteriormente, no Rio de Janeiro, contribuíram sobremaneira.

As primeiras experiências intelectuais foram experimentadas na Bahia. Na casa do estudante onde residiu durante sua estada na capital baiana, Josué de Castro conheceu Theotônio Brandão e Arthur Ramos (SILVA, 2016). Com o médico e folclorista Théo Brandão, a convivência foi mais intensa e longa, porque o percurso trilhado pelo renomado folclorista alagoano foi o mesmo percorrido por Josué de Castro. Iniciou os estudos no curso de medicina da Faculdade de Medicina da Bahia transferindo-se, depois de alguns anos, para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1929. Os caminhos dos dois intelectuais voltariam a se cruzar no Recife, para onde Théo Brandão se transferiu em 1930, pouco antes de voltar em definitivo para Maceió (GASPAR, 2018). Menos longo foi o convívio com o médico e antropólogo Arthur Ramos. Dos jovens estudantes que passaram a desenvolver uma interlocução intelectual em Salvador, Arthur Ramos fora o único que terminara o curso na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926. No entanto, nas palavras da socióloga Mercês de Fátima dos Santos Silva, Arthur Ramos exerceu significativa influência na formação intelectual de Josué de Castro:

Na Bahia, Josué morou na casa de estudante, casa que teria sido de Nina Rodrigues, dividindo quarto com Teotônio (sic) Brandão e Arthur Ramos, outros dois interlocutores que influenciaram sua formação. Sob influência deste último escreve artigos que retratavam as discussões da época, escritos inicialmente sobre Psiquiatria (sic) e, posteriormente, sobre a valorização do nacional e da miscigenação. O primeiro texto escrito por Castro sob essa influência foi “A doutrina de Freud e a Literatura Moderna”, publicada em 1925 pela Revista de Pernambuco. A inteligência de Arthur Ramos fascinara Josué. Com Ramos adquiriu uma paixão por cinema e pela arte (SILVA, 2016, p. 38-39).

Arthur Ramos era um intelectual multifacetado. Realizou incursões nas áreas de psiquiatria, psicanálise, neurologia, antropologia, etnografia entre outros campos de estudo. Era assíduo colaborador em periódicos da Bahia e de Alagoas. Neles, publicava artigos desde a época em que ainda era estudante (GASPAR, 2017). A sua tese *Primitivo e loucura* publicada em 1926, na Faculdade de Medicina da Bahia, recebeu elogios de Sigmund Freud e Lévy-Bruhl. As suas interpretações acerca da sociedade brasileira a partir dos estudos sobre as religiões de matriz africana, tiveram significativo impacto no meio intelectual brasileiro dos anos 1930. Nelas, Arthur Ramos defendia que não existiam minorias no Brasil. Que não existia preconceito de cor/raça. Que não existia discriminação entre os brasileiros (TAMANO, 2013, p. 89). Cabe destacar que não há qualquer evidência de que as concepções intelectuais de Arthur Ramos tenham influenciado os escritos de Josué de Castro. A produção acadêmica do intelectual pernambucano não se aproxima dos escritos de Arthur Ramos em nenhum dos aspectos acima indicados. Os jovens intelectuais

⁴ Ação intelectual é aqui entendido como “o modo de pensamento em todas as formas de experiência que se erguem acima do nível do lugar-comum” (MANNHEIN, 1986, p. 133).



Theotônio Brandão e Arthur Ramos foram apenas interlocutores com quem Josué de Castro compartilhou experiências.

A transferência de Josué de Castro para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ocorreu em 1926. O amigo de infância Otávio Pernambucano aponta que a vida de Josué de Castro na Capital Federal “era uma maratona: estudava, lia, preparava resumos para colegas mais abonados, escrevia para jornais e revistas sobre assuntos diversos, inclusive cinema; conhecia Hollywood por todos os diretores, astros e estrelas...” (PERNAMBUCANO, 1983). Josué de Castro era um jovem intelectual de inteligências múltiplas. O seu interesse por teatro, cinema, política, literatura, urbanismo e poesia ficou registrado em várias publicações realizadas ainda nesses tempos de estudante⁵. A sua sensibilidade intelectual ultrapassava os limites dos temas relacionados à medicina e ao Brasil.

A formatura na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ocorreu em 1929. A cerimônia fora marcada pela ausência de Josué de Castro que estava no México chefiando uma delegação de estudantes que havia ido aquele país para a posse do novo presidente da república, Pascual Ortiz Rubio. A primeira experiência internacional de Josué de Castro ainda contou com uma ida aos Estados Unidos, onde permanecera por alguns meses estagiando na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova Iorque (SILVA, 2016, p. 40; MELO et al, 2007). A literatura que versa sobre a vida e a obra de Josué de Castro indica a ida dele ao México como uma espécie de catalisador do seu processo de formação intelectual⁶. Naquele país, Josué de Castro conheceu *in situ* as consequências do crescimento desordenado da economia mexicana. A despeito das inúmeras tentativas para viabilizar estabilidade política e econômica ao estado pós-revolucionário mexicano⁷, os ecos da insatisfação popular ainda podiam ser ouvidos em 1929. Isso porque

Embora tenham ocorrido transformações estruturais na economia e na sociedade, a questão social não foi prioridade para os governantes. [...]. Destaca-se o surgimento de uma nova elite econômica, que se tornou o cerne da elite revolucionária. A “família revolucionária” era constituída pelos oficiais do novo exército que, mediante privilégios em contratos, concessões, acesso a fontes de crédito e investimentos na infraestrutura, ademais da intervenção militar em fazendas, formou uma nova classe alta de latifundiários, comerciantes, banqueiros e industriais (BARBOSA, 2010, p. 105).

O contato com essa realidade social, política e econômica deixou marcas indeléveis na formação intelectual de Castro. No entanto, a importância dessa experiência para a sua conformação intelectual só se torna inteligível na medida em que é analisada associada a outras duas experiências vivenciadas pelo intelectual pernambucano: os meses que passou

⁵ Relacionamos apenas alguns dos títulos publicados por Josué de Castro na época em que ele ainda era estudante no Rio de Janeiro: Arte e Ciencia. [S.n], Rio de Janeiro, ago. 1927; Um poeta americano. [S. n], Rio de Janeiro, 1927; O esnobismo, a guerra e a pintura. Diário da Tarde, Recife, 28 jan. 1928; Pensamento da Broadway. A Província, Recife, 1928; A arte silenciosa. Seminário Paramouth, [S.1.], n.2, 1928; México – Brasil. [S.n., S.1.], 1928; Cícero Dias e Kretschmer. (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 1929; Coisas de Norte América (Coluna Cartazes). Diário da Tarde, Recife, 20 fev. 1929; Maluquice e urbanismo. [crônica]. Diário da Manhã, Recife, 1929.

⁶ Além das obras citadas ao longo do desenvolvimento deste perfil biográfico, sugerimos ver o seguinte trabalho: (SCHAPPO, 2008); (AMORIM, 2016).

⁷ O período revolucionário no México se estendeu de 1910 a 1920. Segundo o historiador Carlos Alberto Sampaio Barbosa, a Revolução Mexicana “foi fruto de um descontentamento agrário, resultado das décadas de usurpação das terras das comunidades camponesas do sul, centro e norte do país. [...] a Revolução também foi instigada pelo monopólio político e econômico da oligarquia porfiriana. Contribuiu ainda a inflação causada pela alta dos impostos governamentais para manter a máquina estatal [...]” (BARBOSA, 2010, p. 67).



nos Estados Unidos e a experiência da Revolução de 1930. Josué de Castro desembarcou nos Estados Unidos no início de 1930, pouco mais de três meses depois do *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Naquele país, ele observou *in situ* as primeiras consequências da crise econômica norte-americana. Nesses primeiros meses da crise, a produção industrial daquele país decrescia a patamares alarmantes. As empresas fechavam parques industriais e demitiam funcionários em massa. A produção agrícola dava os primeiros sinais de estagnação por causa da baixa geral dos preços. No mercado financeiro, os bancos iam à falência. No plano social, manifestações de amplos setores da sociedade contra o governo começavam a se espalhar pelo país (ARRUDA, 2000). Os Estados Unidos eram, à época, uma sociedade em colapso.

Josué de Castro retornou ao Brasil ainda no início de 1930. Sua passagem pelos Estados Unidos foi de quatro meses. A situação brasileira era de instabilidade política e social. A crescente insatisfação das oligarquias alijadas dos lugares de poder, a união de setores das classes médias em favor de reformas sociais e a repercussão da crise econômica norte-americana na economia brasileira deu lugar a um processo revolucionário em outubro de 1930 (FAUSTO, 1969). As novas forças políticas que foram alçadas ao poder pelo processo revolucionário, imprimiram um conjunto de medidas na tentativa de modernizar a sociedade brasileira.

Em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em fevereiro de 1932 foi criado o Código Eleitoral. Nele, a cidadania política era negada aos analfabetos, praças de pré e aos menores de 21 anos. Em 25 de novembro de 1932, o governo criou as juntas de conciliação e julgamentos para arbitrar os conflitos entre patrões e empregados (PANDOLFI, 2003). De 1930 a 1934, período que a historiografia nomeia de *governo provisório*, outras medidas no plano político e econômico foram levadas a cabo. No entanto, essas medidas modernizadoras foram pouco eficazes no cenário econômico e social do estado de Pernambuco. Apesar das iniciativas do interventor Carlos de Lima Cavalcanti para diminuir as distorções socioeconômicas do estado por meio da prestação de serviços de assistência ao trabalhador do campo e da cidade; de construção de moradias populares; de incentivos à educação técnico-profissional; além de outras medidas que visaram diminuir os altos índices de desemprego (BRAYNER, 1987); a capital pernambucana ainda preservava a sua massa de miseráveis intocados pelas iniciativas governamentais.

O fato de Josué de Castro ter vivenciado essas distintas conjunturas políticas, econômicas e sociais contribuiu para que ele passasse a analisar os problemas da cidade do Recife a partir de uma perspectiva que questionava as bases da *civilização ocidental*. A miséria, a fome e o subdesenvolvimento não eram problemas exclusivos da realidade recifense. Eram problemas de um modelo de civilização em que os imperativos de ordem econômica se sobrepunham aos interesses de bem-estar do homem. No prefácio à obra *Geografia da fome*, afirma Josué de Castro:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (CASTRO, 1946, p 15).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Tem-se, portanto, em suas palavras, a valorização do humano como aposta para modificar uma determinada realidade na qual os empreendimentos de ordem econômica não se demonstravam mais eficazes. Assim, a cidade do Recife foi o laboratório do qual Josué de Castro se serviu. A partir das contingências econômicas e sociais que informavam a dinâmica daquela cidade, Castro desenvolveu reflexões que seriam depois estendidas para o Brasil e para o mundo (ANDRADE, 1997).

Josué de Castro e a cidade do Recife: uma experiência vivenciada

Em 1946, Josué de Castro publicou a obra *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Nos anos do imediato pós-guerra, nenhuma questão se apresentava mais importante para a intelectualidade brasileira do que as massas populares. Em um momento em que as populações do campo e das cidades passaram a ter protagonismo nos processos de mudança social, os intelectuais brasileiros passaram a reivindicar a posição de mediadores entre o povo e a nação (PÉCAUT, 1990). No prefácio à 8ª edição revisada e ampliada de *Geografia da fome*, publicada em 1961, diz Josué de Castro:

Enquanto alguns apregoavam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites, aparentemente tão desviadas de seus deveres cívicos, de dirigir a vida pública, eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas, no seio das quais se encontram enormes reservas humanas até hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos. Nenhuma outra missão me parece, pois, mais nobre do que a de integrar na consciência cívica do país, estas populações marginais que pressentem os perigos e as angústias da hora presente, mas se sentem incapazes de agir na busca de um caminho seguro, pela falta de uma visão clara de nossos problemas fundamentais (CASTRO, 1961, p. 45).

Essa passagem não consta no texto publicado em 1946. Naqueles anos do imediato pós-guerra, assumia uma importância primordial para a elite culta brasileira uma nova concepção de trabalho intelectual que procurava harmonizar “a experiência científica, a observação rigorosa dos fatos e a elaboração clara dos conceitos explicativos” (CASTRO, 1946, p. 43). Esse caráter das produções acadêmicas levou Josué de Castro a escrever na primeira edição de *Geografia da Fome*: “É dêste gênero difícil e perigoso pelo falseamento de intenções em que o autor está permanentemente exposto que desejamos nos aproximar” (CASTRO, 1946, p.36). Em 1961, Castro não se via mais impelido a falsear as suas intenções. Ultrapassando os limites do cientificismo acadêmico, o intelectual pernambucano expunha as razões pelas quais ele oferecia à sociedade uma investigação sobre a vida dos flagelados da fome.

Essa tarefa de elaborar uma leitura acerca dos problemas fundamentais do Brasil colocou Josué de Castro na posição de observador das condições de vida das populações pobres do Recife. A capital pernambucana com a sua massa de 230 mil miseráveis vivendo em mocambos disseminados pela cidade, espelhava os traços marcantes do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo Josué de Castro, essa característica da cidade do Recife era explicada pela influência do fenômeno da fome coletiva na conformação do seu espaço urbano. Na sua obra, a paisagem urbana do Recife foi interpretada a partir de dois eixos: o dos interesses econômicos como dinamizadores do meio natural e cultural; e o da



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

fome como catalisador das “questões urbanas”. Em 1932, Josué de Castro produziu um inquérito econômico-social sobre as condições alimentares da população da cidade do Recife, cujos resultados foram reapresentados em *Geografia da Fome*:

O primeiro grave defeito, evidenciado por nosso inquérito, no tipo de dieta estudado, foi a sua terrível monotonia, a falta de variedade das substâncias alimentares que entram em sua composição; dieta quase exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar. Tudo o mais participando dela apenas incidentalmente ou em quantidade insuficiente. Basta ver que só 19% das famílias recenseadas consumiam leite e apenas 16% faziam uso de frutas, e isso mesmo em quantidades irrisórias. Leite na proporção de 26 gramas diárias per capita, e as verduras representadas por um tomate murcho ou algumas folhas tostadas de alface (CASTRO, 1946, p. 111).

Esse inquérito, nas palavras do próprio autor, procurava precisar cientificamente sua investigação em relação ao fenômeno da fome. Nele, foram recenseadas quinhentas famílias que somavam um total de 2.585 pessoas. Com base nesses dados, Josué de Castro considerou o Recife uma *área de fome*. O conceito de *área de fome* elaborado pelo intelectual pernambucano nomeava as áreas em que pelo menos a metade da população apresentasse nítidas manifestações carenciais em seu estado de nutrição. O conceito admitia ainda duas subdivisões: *áreas de epidemias de fome* e *áreas de fome endêmica*. O primeiro desdobramento conceitual considerava as áreas em que a fome aparecia de forma circunstancial. O segundo assinalava as áreas em que o fenômeno da fome era uma manifestação permanente.

Ao definir o Recife como área de fome, Josué de Castro construiu a imagem de uma cidade crispada pela miséria. Na sua leitura crítica acerca dos problemas da cidade, o intelectual pernambucano identificou fatores econômicos e culturais como elementos que compunham a base sobre a qual se estruturavam as mazelas da cidade do Recife. Dito de outra forma, o fenômeno da fome se projetava na paisagem urbana condicionado por esses dois fatores. O traço econômico compreendia a forma como a colonização da região açucareira havia se processado.

Descobrimo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entrando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, desse modo, os recursos alimentares da região (CASTRO, 1961, p. 134).

A cidade dos escritos de Josué de Castro tinha uma temporalidade própria. O argumento central do autor consistia em indicar que os interesses econômicos dos colonizadores portugueses voltados exclusivamente para a produção da cana-de-açúcar teriam fomentado uma espécie de moral que inibiu, ao longo dos séculos, o desenvolvimento equilibrado e racional da alimentação das populações pobres da cidade do Recife. A miséria não era apenas um resíduo de distorções socioeconômicas, era o próprio efeito da estrutura produtiva vigente na região há quatro séculos. A partir dessa relação, o autor ampliava as formas de ler a cidade na medida em que localizava a origem do



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

subdesenvolvimento do Recife e indicava as suas consequências.

Desta alimentação precária resultam graves consequências para as populações nordestinas: umas específicas, presas em relação de causa e efeito às diferentes carências que a dieta acarreta; outras inespecíficas, refletindo, porém, a miséria orgânica a que o meio social reduziu o homem da bagaceira. As primeiras manifestações diretas da deficiência alimentar são as que resultam de sua insuficiência calórica, de sua pobreza energética. Por sua conta decorre, em grande parte, a reduzida capacidade de trabalho dessa gente que se cansa ao menor esforço, que não é capaz de acompanhar o ritmo muscular do trabalhador das regiões de melhor alimentação do sul país (CASTRO, 1961, p. 176).

Josué de Castro considerava o Recife a capital do Nordeste açucareiro. O autor mobilizava tal argumento para ampliar para toda a região da bagaceira os resultados científicos obtidos naquela cidade. Essa proposta de leitura aparece manifestada na seguinte passagem: “Este regime alimentar insuficiente e carenciado das populações do Recife exprime, até certo ponto, em sua típica constituição, os hábitos alimentares de toda a região” (CASTRO, 1961, p. 171). Isso implicava a elaboração de uma representação em que a cidade aparecesse sem contornos geográficos definidos. Na paisagem urbana do Recife construída por Castro, a única materialidade visível e passível de ser analisada era o traço marcante de subdesenvolvimento representado pelo estado de fome permanente de sua população.

Ele demonstrava com essa abordagem que a partir da realidade socioeconômica recifense era possível criticar todo um estado de coisas. O enfoque dessa perspectiva de análise contribuiu para que Josué de Castro formulasse sua crítica em relação aos custos econômicos da miséria. Os romances: *Os sertões*, de Euclides da Cunha (CUNHA, 1982); *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida (ALMEIDA, 2008); *O Quinze*, de Raquel de Queiroz (QUEIROZ, 2016); e *Cacau e Terras do Sem-Fim*, de Jorge Amado (AMADO, 2010; AMADO, 1995) já haviam inserido as calamidades nordestinas no debate intelectual nacional (CANDIDO, 1989). No entanto, as análises de Josué de Castro concebiam uma dimensão conceitual e teórica para as manifestações do fenômeno da fome e da miséria. O Recife serviu para esse fim a partir de duas frentes. Na primeira, o intelectual avaliava as condições econômicas do trabalhador urbano. Dizia ele a esse respeito:

No inquérito que realizamos na capital pernambucana encontramos em 1932 um salário médio diário de Cr\$ 3,60, o qual, estudado à luz da capacidade aquisitiva do nosso dinheiro naquela época, se revela como um salário de fome. Pois bem: na zona rural, Gileno De Carli, levando a efeito em 1939 um inquérito em oito usinas pernambucanas, encontrava para o trabalhador do campo, que constitui o grosso da população, salários que variavam entre 2 e 3 cruzeiros e meio. A falta de opção com outras espécies de trabalho obrigava o trabalhador rural a se submeter irremediavelmente à terrível exploração ou a emigrar para as cidades ou para outras zonas econômicas do país (CASTRO, 1961, p. 175).

A comparação entre os salários dos trabalhadores da cidade e do campo servia ao propósito de demonstrar a má consciência dos senhores da economia açucareira⁸. Josué de Castro indicava que as elites econômicas do Recife não viam as populações pobres como ameaça aos seus interesses políticos e econômicos. A estrutura secular do sistema

⁸ A expressão “senhores da economia açucareira” foi cunhada por José Sérgio Leite Lopes (LOPES, 2015).



produtivo nordestino contribuía para que a multidão de miseráveis que migrava do campo para a cidade fosse encarada apenas como reserva de mão de obra de baixo custo. Para ele, esse inexpressivo valor que indivíduos pobres tinham na dinâmica econômica da região da bagaceira era o mais significativo entrave ao desenvolvimento do Nordeste. O autor continua sua argumentação particularizando ainda mais, em suas análises, a capital pernambucana:

Recife é uma cidade que sempre atraiu um excesso de população formada de elementos adventícios que fugiram da zona rural acossados por dois grupos de causas de expulsão: as secas periódicas do sertão nordestino e os salários miseráveis das zonas das usinas. Estes elementos tecnicamente mal equipados subsistem as mais das vezes à margem da economia urbana, vegetando num tipo de vida extremamente precário, de recursos os mais limitados. Dos 700 mil habitantes que o Recife possui, 230 mil vivem em habitações do tipo de mocambos, plantados nos mangues e nos arredores da verdadeira cidade (CASTRO, 1961, p. 172).

Em Recife, o aspecto físico da população e os mocambos espalhados pela cidade significavam argumentos para Josué de Castro. Nos anos 1930/1940, economistas e analistas políticos já haviam constatado que o fluxo migratório para a cidade do Recife crescia à revelia das potencialidades econômicas e das funções urbanas da capital pernambucana (PANDOLFI, 2015, p. 83). A novidade da crítica de Castro estava no fato de ele indicar a fome como catalisadora das “questões urbanas” do Recife. Essa segunda forma de encarar os problemas daquela cidade possibilitava ao autor evidenciar, recorrendo muitas vezes a uma narrativa dramática, as consequências da má consciência das elites econômicas para o conjunto da sociedade. Sobre a fome como fator fundamental da dimensão urbana, afirmava Josué de Castro:

No Recife, nos mangues do Capibaribe se desenvolveu uma verdadeira cidade de mocambos que cresce em seguida a cada seca com os novos casebres levantados no charco por novas levas de retirantes. A maior parte dos que descem do sertão acossados pelo flagelo aí fica vivendo uma vida de inadaptados e vencidos num regime de carência que é uma continuação do martírio da fome no sertão. Numa série de contos que enfeixamos em nosso livro “Documentário do Nordeste” já fixamos quadros da vida dessa gente que vive atolada nos mangues se sustentando de caranguejos, “da pesca de caranguejos e siris, chafurdando nesse charco onde tudo é, foi ou vai ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz quando ainda não é caranguejo vai ser. O caranguejo nasce nela e vive dela. E o homem que aí vive se alimenta desta lama sob a forma de caranguejo. [...] Estas populações mantidas através desse trágico “ciclo do caranguejo” representa um resto do monturo humano que o vento quente das secas joga nas praias do nordeste (CASTRO, 1961, p. 259).

Nas palavras de Josué de Castro, a cidade ganhava uma nova dimensão. Nela, o urbano se estruturava a partir dos seguintes elementos: moradias precárias; falta de higiene; doenças; pobreza extrema; e fome endêmica. No seu quadro conceitual, o fenômeno da fome informava a constituição física, moral e social da paisagem urbana da cidade do Recife. Na medida em que o autor se contrapunha à imagem de uma multidão de miseráveis amorfa, desprovida de qualquer traço humano, ele fundava uma nova concepção acerca do subdesenvolvimento. A representação de rios com suas margens tomadas por mocambos; de ruas amontoadas de pessoas consumidas pela fome; de mangues com suas populações



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

anfíbias vivendo da lama e dos caranguejos; exteriorizava e conceituava as trágicas condições de vida da multidão de miseráveis que viviam na capital pernambucana.

A leitura que Josué de Castro estabeleceu da cidade do Recife transformou em linguagem política as experiências dos flagelados da fome daquela cidade. Essas análises foram determinantes para que a intelectualidade da capital pernambucana passasse a definir o homem pobre como objeto de estudo em meio às transformações políticas, sociais e econômicas desse meio de século XX. A nova sensibilidade em relação à pobreza contida nas representações cultas de Castro foi o marco inicial para que, no pós-guerra, grupos e indivíduos passassem a ter a observação, o registro e a reflexão da pobreza como uma espécie de *páthos* intelectual. Dito de outra forma: as análises de Josué de Castro demarcaram a passagem da consciência amena do atraso para a consciência trágica do subdesenvolvimento na cidade do Recife.

Considerações finais:

Nas páginas que se seguiram, propomos que a novidade da crítica de Josué de Castro ao indicar o “fenômeno da fome” como catalizador do “fenômeno urbano” da cidade do Recife foi o marco inicial de uma reflexão de novo tipo sobre as realidades de pobreza e miséria no imediato pós-guerra. Nesse meio de século XX, de um extremo a outro da cidade do Recife, os bolsões de miséria e de subdesenvolvimento poderiam ser encontrados, em meio a ilhas de riqueza e casarões das elites tradicionais. Essa situação não era uma novidade nem no Brasil, nem no Recife. No entanto, a sensibilidade e as experiências vivenciadas por Castro abriram espaço para que essa realidade passasse a ser refletida a partir de bases conceituadas bem definidas.

Nos anos que se seguiram a suas reflexões, organismos como Instituto Joaquim Nabuco (IJN), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), para referenciar os mais proeminentes, definiram homens e mulheres pobres como objeto de estudo em meio as transformações políticas, sociais e econômicas desse meio de século XX. Os projetos técnicos e culturais, bem como as reflexões desenvolvidas nesses espaços de sociabilidade intelectual evidenciaram que a ideia de Nordeste formulada a partir desses ambientes não partia da cristalização de estereótipos que foram subjetivados como característicos do ser nordestino, como defende o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr (ALBUQUERQUE JR, 2009). Nem dos discursos políticos dos representantes dos estados nordestinos levados a cabo no Congresso Nacional, como defendido pela geógrafa e cientista política Iná Elias de Castro (CASTRO, 1992).

Dito de outra forma, as reflexões inauguradas por Castro já apontavam no imediato pós-guerra as bases que vão sustentar a ideia de Nordeste que surge a partir dos organismos técnicos e culturais situados na cidade do Recife. É a partir de suas reflexões, que os pobres e flagelados que vagavam pelas ruas da cidade do Recife passaram a assumir uma importância primordial para a elite culta local. Na base dessa nova sensibilidade em relação à pobreza estava a nova concepção de trabalho intelectual cujo marco principal era pensar o processo de modernização da sociedade a partir de investigações científicas sobre a realidade econômica e social do nordestino pobre desse meio de século XX.

Referências



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Fontes

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O cruzeiro” S. A., 1946.

CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Josué de. *As condições de vida da classe operária no Recife: estudos econômicos da sua alimentação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2015.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4 ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.

AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

AMORIM, Helder Remigio de. *Um pequeno pedaço do incomensurável: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro*. 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo*. Estudos Avançados, vol. 11, São Paulo jan./Apr. 1997.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. (Org.). *O século XX. O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BRAYNER, Nadja Maria Miranda. “Lutas operárias: Recife nos anos 30”. In: REZENDE, Antônio Paulo (Org.). *Recife: que história é essa?* Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987, p. 163-176.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no Século XIX. O Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 6,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

p. 64-95, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 6, n.2, p. 9-26, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Cidades e urbanismos*. Uma possível análise historiográfica. Politéia (UESB), v. 9, p. 21-50, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Revista Brasileira de História, Brasil, v. 5, p. 35-68, 1985.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura nos estudos das cidades. In: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, v., p. 11-26, 1992.

CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CÂNDIDO, Antônio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CARVALHO, Luciana Rodriguez Teixeira de. *A Bioética nas obras Geografia da Fome e Geopolítica da Fome de Josué de Castro*. 2018. 332 f., II. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 227-255.

GASPAR, Lúcia. Arthur Ramos. *Fundação Joaquim Nabuco*: Recife, 2017. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php> . Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

GASPAR, Lúcia. Théo Brandão. *Fundação Joaquim Nabuco*: Recife, 2018. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php> . Acesso em: 17 fevereiro de 2019.

GOMES, A. M. C. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas*. Revista USP, São Paulo, p. 105-119, 2005.

LOPES, José Sérgio Leite. Prólogo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. 2ª edição. Recife: Editora Massangana, 2015.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). *Perfis Parlamentares 52: Josué de Castro*. Brasília: Plenarium, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ática, 1977.

NAPOLITANO, M. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge;



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano vol. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. 2ª edição. Recife: Editora Massangana, 2015.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PERNAMBUCANO, Otávio. Josué de Castro. In: CICLO de Estudos sobre Josué de Castro. Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1983. p. 195-234. (Humanismo e Cultura, 4).

PONTUAL, Virginia. *Tempos do Recife: representações culturais e configurações surbanísticas*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n.42, p. 417-434, 2001.

QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2016.

SCHAPPO, Sirlândia. *Josué de Castro por uma agricultura de sustentação*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2008.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. *Josué de Castro: um autor do legado esquecido?* 2016. 257 f. Tese (Doutora em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

TAMANO, Luana Tieko Omena. *O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940*. Revista Crítica Histórica, v. 08, p. 81-96, 2013.

WIRTH, Louis. Prefácio. IN: *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Notas de autoria

Fabio Silva de Souza, Professor Substituto de História do Brasil na Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: fabiosilvads@yahoo.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SOUZA, Fábio Silva de. Josué de Castro: a fome como catalizador do fenômeno urbano na cidade do Recife em meados do século XX. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 51, p. 7-24, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP)

Consentimento de uso de imagem



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 12/05/2024

Modificações solicitadas em 27/02/2025

Aprovado em 24/03/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)